

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADMINISTRAÇÃO

**NEGÓCIOS DE IMPACTO: O CASO DO GALPÃO DE
RECICLAGEM MONTESUL EM MONTES CLAROS-MG**

FLORIPES CRISPIM SANTANA

NEGÓCIOS DE IMPACTO: O CASO DO GALPÃO DE RECICLAGEM MONTESUL EM
MONTES CLAROS-MG

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências Agrárias
da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial, para a obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Makishi

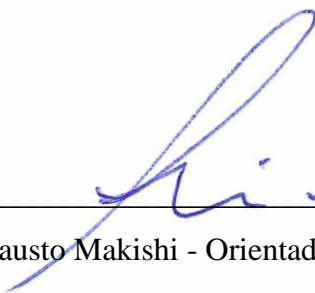
Montes Claros
2020

Floripes Crispim Santana. NEGÓCIOS DE IMPACTO: O CASO DO GALPÃO DE
RECICLAGEM MONTESUL EM MONTES CLAROS-MG

Aprovada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Frederico Antonio Mineiro Lopes - ICA/UFMG

Engenheiro Ambiental Pedro Bicalho Maia



Prof. Dr. Fausto Makishi - Orientador ICA/UFMG

Montes Claros, 15 de outubro de 2020.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso procurou contribuir com a discussão de negócios de impacto por meio da realização de um estudo de caso realizado junto a uma organização social que atua no setor de reciclagem, a MONTESUL - Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis. O objetivo geral deste trabalho foi descrever o processo de criação e estruturação um empreendimento de interesse socioambiental no setor de reciclagem. Esta investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza empírico-descritiva e será realizada na forma de estudo de caso (YIN, 2005). A realização desta pesquisa proporcionou conhecer na prática o funcionamento de uma associação que gera tanto impacto ambiental como social. Além da possibilidade de levantar essa discussão para possíveis melhorias futuras para o setor. De acordo com a teoria estudada ainda não foi possível definir conceitualmente a MONTESUL como negócio de impacto. A MONTESUL cria impacto social e ambiental além de visível, comprovável. Seu impacto ambiental está ligado ao seu processo base de reciclagem retirando da sociedade o resíduo sólido e encaminhando para a reciclagem. Seu impacto social está na geração de oportunidade dada aos catadores de ter melhor renda e qualidade de trabalho. Os desafios para consolidação da MONTESUL como negócio de impacto estão principalmente ligado a auto sustentabilidade do negócio no quesito financeiro, porque sem um financiador que ajude nos custo maiores de manutenção do negócio, eles não conseguiriam sobreviver. Mas a ruptura dos desafios que impedem essa melhoria progressiva da associação para negócio de impacto, com o intuito de gerar a estabilidade necessária para que o negócio não finde, segue como sugestão para estudos futuros.

Palavras-chave: Modelo de negócios; Negócios inclusivos; Reciclagem; Catadores.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1.	Negócio de Impacto e empreendedorismo social	7
2.2.	Política de Resíduos Sólidos.....	9
2.3.	Legislação municipal para resíduos sólidos urbanos	10
2.4.	Setor de Reciclagem em Montes Claros	13
3.	METODOLOGIA.....	16
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1.	A MONTESUL.....	17
4.2.	Histórico e Caracterização Geral	19
4.3.	O Caso MONTESUL na Criação de Impacto Socioambiental.....	22
4.4.	Dimensão Negócio e Seu Desafio	23
5.	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem crescendo no Brasil e no Mundo, em um ritmo cada vez mais acelerado, formas inovadoras de fazer negócio. Em parte, esses novos modelos empresariais partem do entendimento de que é preciso repensar as estruturas de investimentos tendo em vista a geração mais efetiva de benefícios e bem-estar à sociedade. A redução da pobreza, a diminuição da vulnerabilidade de pessoas e comunidades e o equilíbrio sustentável com o meio ambiente, implicam em estruturas organizacionais alternativas as realizadas até então por empresas, governos, comunidades e organizações da sociedade civil.

É nesse contexto em que os Negócios de Impacto¹ emergem como intervenção socioeconômica que procura conciliar desempenho financeiro e transformação social. Esse impacto pode ser gerado em diferentes áreas sociais ou ambientais. Como consequência espera-se sempre que seja algo positivo, como se pretende ilustrar no presente trabalho de pesquisa.

O Instituto de Cidadania Empresarial em sua Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil define: “Negócios de Impacto são empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável (ICE, 2015, p.5)”.

Em matéria escrita na Revista Época, o jornalista Rennan Araújo Julio compila as informações passadas pelos representantes do setor de negócio de impacto afirmando que “As empresas de impacto precisam ser sustentáveis, dando retorno financeiro ao negócio, ao contrário de ONGs e projetos filantrópicos (JULIO, 2018)”.

No relatório elaborado recentemente e divulgado *pela Aspen Network of Development Entrepreneurs* (ANDE, 2019) estima que serão aportados no Brasil para os próximos dois anos algo em torno de U\$270 milhões em negócios dessa natureza, mesmo em tempos de recessão econômica.

Longe da aparente efervescência que a temática vem causando no meio empresarial, a discussão acadêmica sobre o assunto ainda é muito recente e permanece restrita a alguns grupos específicos engajados em expandir o debate.

¹ Na literatura pode ser identificado como ‘Social Business’, porém, optou-se por adotar aqui a terminologia que vem sendo utilizada no Brasil por diversos pesquisadores interessados no assunto.

Neste entendimento, esta pesquisa procura contribuir com a discussão por meio da realização de um estudo de caso realizado junto a uma organização social que atua no setor de reciclagem, a MONTESUL - Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis.

A discussão sobre negócios de impacto social é recente e ainda pouco difundida na literatura. Uma busca rápida pelos termos ²"*social businesses*", "*business models with a social impact*" e "*inclusive business*" na base de dados do *Web of Science* retorna apenas 118 resultados, publicados a partir de 2009. O presente trabalho procurou contribuir para o campo de discussão ao fomentar o debate no âmbito do curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, campus Montes Claros. Em outras palavras, o estudo realizado, procura introduzir a temática de negócios de impacto e fomentar outros estudos.

Diante desse propósito maior de trabalho, algumas questões surgem e servem de inspiração para a proposta apresentada a seguir: O que é Negócio de Impacto? Qual a diferença entre Negócio de Impacto e outras atividades de negócio? Como o impacto é criado? Quais os desafios no processo de criação de um negócio de Impacto? Como ocorre 'na prática' a conciliação entre geração de impacto social e *performance* financeira?

Sem a pretensão de esgotar o assunto e todos esses questionamentos, espera-se ter contribuído para difusão da temática por meio de um estudo descritivo exploratório conduzido junto ao setor de reciclagem.

Este trabalho justifica-se por seu caráter social, ambiental e acadêmico. Será desenvolvido um estudo de caso que servirá como exemplo e inspiração a novas iniciativas de desenvolvimento social. O caráter ambientalmente sustentável do projeto analisado contribuirá para reafirmar a importância da sustentabilidade ambiental. E seu lado acadêmico levará a disseminação de um conhecimento interdisciplinar aplicável a diversas áreas do conhecimento.

Outro fator importante é a literatura recente e escassa sobre essa temática. Como está descrito no site do ICE (Inovação em Cidadania Empresarial)

...o ICE está dedicado ao fortalecimento do ecossistema de Investimentos e Negócios de Impacto no Brasil. Um campo novo e uma agenda mobilizadora que engaja nossos fundadores e uma nova geração de Associados do ICE, conectando-os ao movimento global pelo impacto social e ambiental positivo e a atores chave para o seu desenvolvimento no país: empreendedores; investidores; gestores públicos; líderes de grandes empresas, de institutos e fundações; acadêmicos; aceleradoras e incubadoras.

²Busca: TÓPICO: ("*social businesses*") OR TÓPICO: ("*business models with a social impact*") OR TÓPICO: ("*inclusive business*"), *Web of Science*, coleção principal em 22 de julho de 2020.

Outro ponto é que “o segmento está em amadurecimento (JULIO, 2018)”. E acrescenta que “Outro fator importante para o crescimento do setor foi a parceria com entidades como Sebrae e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, diz Izzo (JULIO, 2018)”.

Neste contexto, este trabalho justifica-se em seus diversos aspectos correlacionados tanto academicamente como socialmente em sua abrangência.

O objetivo geral deste trabalho é descrever o processo de criação e estruturação um empreendimento de interesse socioambiental no setor de reciclagem.

Tendo em vista esse objetivo maior, os seguintes objetivos específicos são colocados:

- a. Revisar os conceitos de negócio de impacto (“*social businesses*”, “*business models with a social impact*” e “*inclusive business*”) tendo vista a identificação de pontos de ruptura entre esta abordagem e a abordagem de negócios tradicionais.
- b. Ilustrar a discussão de negócios de impacto por meio do resgate histórico do projeto de criação e operacionalização do galpão de reciclar MONTESUL em Montes Claros, Minas Gerais.

Para melhor entendimento deste trabalho, as seções a seguir serão divididas em referencial teórico, metodologia, resultado e discussão, conclusão e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão apresentados conceitos que fundamentam: os negócios de impacto, o empreendedorismo que leva a criação desses negócios, as leis que permitem que esses negócios existam e gerem impactos e o projeto que culminou na oportunidade para criação do negócio foco do estudo.

2.1. Negócio de Impacto e empreendedorismo social

O negócio de impacto social é “um empreendimento concebido para resolver um problema social (YUNUS, 2010, p. 10)”. Podendo gerar transformação em alguma área, seja ela, por exemplo: social, ambiental, ou ambas.

Segundo o Inovação em Cidadania Empresarial (ICE), entende-se negócio de impacto no seu aspecto geral como descrito

Os negócios de impacto podem assumir diferentes formatos legais: associação, fundações, cooperativas ou empresas. Há quatro princípios que os diferenciam, independentemente da constituição jurídica da organização:

- Têm um propósito de gerar impacto socioambiental positivo explícito na sua missão
- Conhecem, mensuram e avaliam o seu impacto periodicamente
- Têm uma lógica econômica que permite gerar receita própria
- Possuem uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e a comunidade (ICE)

A partir do exposto pelo ICE – Inovação em Cidadania Empresarial entende-se que existe como fator fundamental para um negócio de impacto tanto ser autossustentável financeiramente quanto gerar o impacto visível na sociedade.

A Força Tarefa de Finanças Sociais do ICE – Inovação em Cidadania Empresarial elencou 4 princípios desejados aos negócios de impacto, assim

A expectativa é que as organizações identificadas com as propostas da Carta adotem quatro princípios:

1. Compromisso com a Missão Social e Ambiental;
2. Compromisso com o Impacto Social e Ambiental Monitorado,
3. Compromisso com a Lógica Econômica
4. Compromisso com a Governança Efetiva. (ICE)

Por seu turno, a definição de empreendedorismo tem correntes de entendimentos diferentes, mas no contexto deste trabalho, optou-se pelo conceito que define o empreendedorismo como um processo assim descrito

A visão de que o empreendedorismo é um processo, em vez de um evento único, certamente não é nova ou exclusiva deste texto. Pelo contrário, há um crescente consenso na área quanto à utilidade e correção de se enxergar o empreendedorismo como um processo que se desenvolve ao longo do tempo e se move por meio de fases distintas, mas intimamente relacionadas (BARON; SHANE, 2007, p. 12).

Quando se entende que o empreendedorismo é um processo como apresentado anteriormente, leva-se ao entendimento lógico de que um processo possui fases. Baron e Shane (2007) sintetizam as principais fases, sendo elas: reconhecimento de uma oportunidade, decidir ir em frente e reunir os recursos iniciais, lançar um novo empreendimento, construir o sucesso e colher as recompensas.

Ainda falando sobre o empreendedorismo, ele é visto

Numa relação com o futuro caracterizada pela incerteza, que vê recuar, em nome da mudança permanente, a crença no progresso linear que simbolizava o Estado-providência, a ação de empreender é eleita como o instrumento de um heroísmo generalizado. É por isso que o sucesso empreendedor é considerado como a vida real do sucesso (EHRENBERG, 2010, p. 13).

Neste contexto, entende-se que o empreendedorismo é a busca por sucesso profissional, de forma a aventurar-se no mercado de incertezas. Isso leva ao caráter heroico que é atribuído por Ehrenberg. Se o empreendedorismo por si só já foi caracterizado como heroico, por conseguinte, o empreendedorismo social também levaria essa atribuição categórica. E além do mais, o empreendedorismo social traz impacto social, quando ele resolve um problema da sociedade.

O empreendedorismo social é entendido como

O conceito de empreendedorismo social está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, as quais gerariam uma transformação social. A inserção da dimensão econômica e da lógica de mercado abriu novas possibilidades para atuação das organizações que até então contemplavam uma única dimensão (social ou econômica). Neste sentido, surgem novos termos para caracterizar iniciativas que operam na lógica de mercado, porém com objetivos de geração de valor social: empresas sociais, negócios sociais e negócios inclusivos (TISCOSKI *et al.*, 2013, p.3).

Entende-se assim, que os conceitos de negócio social e empreendedorismo social caminham juntos na geração de impacto positivo e sustentável de cunho socioambiental.

2.2. Política de Resíduos Sólidos

A política nacional de resíduos sólidos está presente dentro da lei geral de resíduos sólidos, inscrita na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Essa política desce hierarquicamente até chegar nos âmbitos municipais através de políticas públicas locais.

No título II, capítulo II, seção II, da lei nº 12.305, art. 15. Diz que “A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos” (BRASIL, 2010).

No título II, seção III, da lei geral, art. 16. Acrescenta dizendo que “A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União”(BRASIL, 2010).

No título II, seção IV, ainda nesta mesma lei, art. 18. Explica que “A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União” (BRASIL, 2010).

Como apresentado mediante a lei que discorre sobre os resíduos sólidos tem como pré-requisito para a liberação de recurso a elaboração do plano de gestão integrada de

resíduos sólidos. E isso deverá ocorrer de forma verticalizada descendo da União até chegar aos Municípios.

Dentro da lei geral de resíduos sólidos, há menção a coleta seletiva. E sua definição é apresentada no título I, capítulo II, art. 3º V como sendo coleta seletiva a “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010).

Em Montes Claros-MG, a gestão de resíduos sólidos urbanos se dá por força da Lei Municipal nº 5.182, que estabelece:

Fica instituído o Programa Municipal Coleta Seletiva Solidária e Assistência aos Catadores de Materiais Recicláveis, com objetivo de estimular o reaproveitamento e reciclagem de materiais em geral, incluindo entre os instrumentos de sua política as coletas seletivas, os sistemas de logística reversa, e o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação dos catadores de materiais recicláveis (PREFEITURA DE MONTES CLAROS, 2019).

Essa lei foi instituída após várias discussões e realizações de fóruns para levantar as possibilidades que havia para criação de um projeto nesta área. O fórum lixo e cidadania foi realizado pelo ministério público através de parcerias como discorre Netto (2019).

A lei foi aprovada com unanimidade de votos como está escrito na reportagem publicada no site oficial da prefeitura que diz que “Foi aprovado na manhã desta terça-feira, 17, pela Câmara Municipal e por unanimidade, o Projeto de Lei do Executivo que institui o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária e Assistência aos Catadores de Materiais Recicláveis” (SENNA, 2019).

2.3. Legislação municipal para resíduos sólidos urbanos

A LEI 5.182, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município, institui o programa municipal de coleta seletiva solidária e assistência aos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências. O objetivo, segundo o texto aprovado pela Câmara Municipal, é estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos em geral, incluindo entre os instrumentos de sua política as coletas seletivas, os sistemas de logística reversa, bem como criar incentivos à criação e desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação dos catadores de materiais recicláveis.

A legislação municipal alinha-se ao aparato normativo nacional, em especial a Lei nº 12.305/2010, descrita anteriormente. Como seria de se esperar, um ponto de destaque é que a 5.182 procura dar uma orientação mais direta ao apontar explicitamente o papel das

Associações e Cooperativas de catadores no ciclo de reciclagem de materiais, algo que não aparece de forma tão explícita na legislação federal.

Art. 2º. As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, compostas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, poderão organizar a coleta nos pequenos, médios e grandes geradores, seja no âmbito domiciliar ou comercial, bem como operacionalizar a catação, triagem e o beneficiamento destes e dos resíduos oriundos dos postos de entrega voluntária.

§1º As Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária apoiadas pela Administração Municipal, operacionalizarão o armazenamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis e efetuarão sua comercialização.

Do ponto de vista burocrático-operacional, a legislação municipal também procura avançar nas questões contratuais ao oferecer dispensa de licitação para contratos desses atores, desde que organizados na forma de associações e cooperativas. Tal aspecto mostra-se relevante visto algumas barreiras a entrada decorrente a baixa escolaridade e assimetrias de informações particulares a essas organizações e grupo de indivíduos.

Destaca-se ainda o desenho de um plano para operacionalização de um sistema de reciclagem de resíduos sólido urbanos com inclusão dos catadores e previsão de investimentos em infraestrutura e capacitação, a saber:

Art. 4º. Para atender ao Programa Municipal Coleta Seletiva Solidária e Assistência aos Catadores de Materiais Recicláveis, fica o Município de Montes Claros autorizado a:

I – Promover a contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, nos termos do artigo 24, inciso XXVII, da Lei Federal n.º 8.666/93;

II – Ceder espaços públicos ou locados de terceiros à Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária, para uso em rede de Postos de Entrega Voluntária, Núcleos Intermediários de Coleta e Centrais de armazenamento, separação e comercialização, em número e localização adequados ao atendimento universalizado do serviço de coleta seletiva, podendo ainda subsidiar os custos de operação;

III – Ceder produtos e equipamentos necessários a realização das etapas de coleta, seleção, prensagem, enfardamento e demais atividades operacionais da coleta seletiva e reciclagem de materiais;

IV – Produzir materiais para o desenvolvimento da educação socioambiental contínua, voltados aos munícipes e realizar campanhas de educação ambiental;

V – Estabelecer mecanismos para controle, acompanhamento e monitoramento das atividades remuneradas de coleta e informação ambiental desenvolvidas pelas Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária.

VI – Promover ações de capacitação, mobilização e fomento à organização dos catadores, visando a inclusão dos catadores informais no processo de coleta seletiva e reciclagem de materiais;

VII – Estabelecer critérios para realizar o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas Cooperativas e Associações de Coleta Seletiva Solidária devidamente contratadas;

VIII – Firmar termos de adesão com pequenos, médios e grandes geradores, seja em âmbito domiciliar ou comercial, para recolhimento e destinação de materiais recicláveis às Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária;

IX – Instituir com exclusividade rotas de coleta seletiva nos bairros e distritos da cidade, arcando com todas as despesas oriundas dessas operações.

Ainda que a legislação municipal, só aprovada nove anos após a publicação da lei que instala a política nacional, avance em muitos pontos vista a operacionalização dessa política no âmbito da cidade, em alguns aspectos parece faltar uma perspectiva mais ampla do processo de reciclagem e, principalmente, do ambiente organizacional e institucional que circunscreve as organizações de reciclagem. Destaca-se que por ao fundo da discussão de compartilhamento de responsabilidade, presente na lei federal, revela-se um complexo sistema de múltiplos stakeholders. Na lei municipal, a organização do sistema de reciclagem parece ficar restrita a díade Prefeitura-associação ou Prefeitura-cooperativa. Em outras palavras, falta considerar a participação de outros atores como ONGs, Universidades e setor privado pertencentes ao ecossistema de impacto.

Art. 5º. Será de responsabilidade das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária propiciar:

I – a inclusão dos catadores informais não organizados nos Grupos de Coleta e nos trabalhos desenvolvidos, nos termos pactuados com o Município;

II – a educação continuada dos seus integrantes e sua capacitação nos aspectos sociais e econômicos, com apoio do Município e outras entidades que tenham a mesma finalidade.

Art. 6º. A competência para implementação desta lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias referentes à limpeza urbana.

Art. 7º. As ações das Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária serão apoiadas pelo conjunto dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Decreto nº 3918, 06 de novembro de 2019, publicado no diário oficial da união, dispõe sobre a implantação da coleta seletiva nos prédios públicos sob responsabilidade da administração direta e indireta do município de Montes Claros

O Prefeito Municipal de Montes Claros – MG., no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 71, inciso VI, combinado com o artigo 99, inciso I, letra “I”, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros e,

CONSIDERANDO, implantação da coleta seletiva no âmbito do Município com a participação de cooperativas, associações de catadores e catadores individuais de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos termos da Lei Municipal n.º 5.182, de 20 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO, o incentivo à indústria da reciclagem, o fomento ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

CONSIDERANDO, a coleta seletiva como uma condição primordial para o desenvolvimento de uma cidade sustentável e uma forma de geração de emprego e renda, resultando na inclusão social;

D E C R E T A:

Art. 1º – Os prédios públicos sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Montes Claros, incluindo unidades de ensino e do sistema de saúde, deverão promover a separação de seus resíduos, na fonte geradora e a destinação dos materiais recicláveis, conforme as disposições do presente Decreto,

bem como das demais normas legais aplicáveis, notadamente, a Lei Municipal n.º 5.182, de 20 de setembro de 2019.

Art. 2º – A separação dos resíduos, nos prédios e demais setores da Administração Pública Municipal, previsto no artigo anterior, deverá ser feita em 2 (dois) grupos:

I – Lixo Úmido –Orgânico e rejeitos não recicláveis;

II – Lixo Seco –Material Reciclável, devidamente separados de acordo com a classificação em papel, vidro, plástico e metal.

§1º. O sistema de separação dos resíduos recicláveis consiste na disposição dos resíduos sólidos produzidos nas dependências dos órgãos da administração pública municipal em recipientes separados e visualmente identificados.

§2º. Os servidores da limpeza dos prédios ficam responsáveis por recolher separadamente os resíduos em cada setor, e destinar adequadamente, para cada coletor específico “Lixo Seco” e “Lixo Úmido”, que se subdividirá em papel, vidro, plástico e metal.

Art. 3º – Os secretários e demais responsáveis pelos diversos órgãos da administração poderão constituir Comissão Interna para a Coleta Seletiva que será composta por no mínimo 02 (dois) servidores de cada Secretaria ou órgão Municipal sediado no respectivo prédio público, que serão designados mediante Portaria.

Parágrafo Único. A participação na Comissão Interna para a Coleta Seletiva não será remunerada, mas constituirá relevante serviço público.

Art. 4º – As Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável serão responsáveis por realizar a capacitação e mobilização dos servidores, no Programa de Coleta Seletiva, em todos os prédios públicos, de forma gradual, e ficarão responsáveis por orientar, quando solicitado, a implantação da logística interna de coleta nos prédios.

Parágrafo Único. A implantação da coleta seletiva nos prédios públicos municipais não poderá acarretar nomeação ou mesmo contratação de novos servidores.

Art. 5º – Os prédios públicos de que trata o artigo 1º, deste Decreto, deverão implantar, na medida de suas possibilidades orçamentárias, os mecanismos necessários para a separação e destinação dos resíduos recicláveis, devendo adotar as medidas cabíveis para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 6º – Todos os materiais recicláveis recolhidos nos prédios públicos da administração municipal serão destinados para as Cooperativas ou Associações de Coleta Seletiva Solidária participantes do Programa Municipal Coleta Seletiva Solidária e Assistência aos Catadores de Materiais Recicláveis, que atuem no âmbito da localização do respectivo prédio público, com a coordenação da Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 7º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

A LEI 5.182 e Decreto nº 3918 apresentados neste tópico são os dispositivos legais que regem o projeto de reciclagem de Montes Claros - MG.

2.4. Setor de Reciclagem em Montes Claros

O setor de reciclagem em Montes Claros - MG está em constante expansão e crescimento. Existem empresas privadas que fazem o recolhimento do resíduo para reciclagem como a Kariki e a Comercial Anel de Sucatas, sendo que esta é a principal empresa que recolhe o material da MONTESUL. Há projetos em empresas do distrito industrial que incentivam a reciclagem e coleta seletiva.

Na prefeitura existe o projeto dos galpões de reciclagem, neste projeto está previsto que abram 4 (quatro) galpões geograficamente distribuídos pela cidade, sendo que 2 (dois) já estão em pleno funcionamento, sendo eles: o MONTESUL e o AMOR E VIDA. O MONTESUL que é o foco desta pesquisa cobre a região sul de Montes Claros.

O secretário de serviços urbanos de Montes Claros, Vinicius Versiane, fala sobre o início dos trabalhos de coleta correta dos resíduos, através de especificação de lei no município, que até o momento não existia. Alencar discorre no jornal Gazeta Norte Mineira que

O secretário municipal Vinicius Versiane de Paula explica que a lei foi elaborada depois de estudos em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Porto Alegre, Uberaba e Uberlândia. O secretário enfatiza que, de forma impressionante, a cidade não tinha uma lei para disciplinar esse setor. Uma das primeiras medidas adotadas foi determinar que as empresas produtoras de mais de 200 litros/quilos/dia de lixo ficassem responsáveis pela coleta. Isso aliviou o compromisso do município. As empresas foram notificadas e tem 60 dias para implantar essa medida. Depois disso, a prefeitura deixará de coletar o lixo dessas empresas. Atualmente, Montes Claros tem 10 empresas especializadas nessa tarefa. Montes Claros coleta atualmente 270 toneladas de lixo por dia, enquanto no final do ano chegou a apresentar 420 toneladas (ALENCAR, 2018).

Em 2018, como foi exposto pelo secretário de serviços urbanos, começou a valer a lei de coleta de resíduos sólidos em Montes Claros – MG. Ainda por esse dado de 2018, consta que a coleta diária de resíduos sólidos é de 270 toneladas.

O jornalista Alencar escreveu no jornal Gazeta Norte Mineira o projeto da prefeitura de Montes Claros no setor de reciclagem da cidade, ele explica que

A Secretaria de Serviços Urbanos abriu licitação para contratar quatro entidades ou organização não governamental que atue na coleta seletiva de materiais recicláveis em Montes Claros, quando pagará a título de estímulo, R\$5 mil por mês e mais R\$85,26 por tonelada. [...] O secretário municipal Vinicius Versiane de Paula explica que o município estará repassando o mesmo valor que paga a concessionária do lixo da cidade, com o aspecto positivo de estar cumprindo as normas ambientais e ainda gerando impactos sociais, pois dá renda aos catadores de recicláveis (ALENCAR, 2019).

Na mesma matéria Alencar explica através da mensuração numérica como tem sido os resíduos sólidos na cidade

A iniciativa visa reduzir a quantidade de resíduos sólidos encaminhada ao aterro sanitário, através de parceria com organizações da sociedade civil. A média mensal de resíduos sólidos coletados no âmbito do município é de 6.468 toneladas, com base no ano de 2018, sendo que cerca de 30% desse total é passível de ser reciclado. Estima-se que, mensalmente, cada uma das entidades parceiras poderá receber e comercializar cerca de 485 toneladas de recicláveis. O município coletará os materiais recicláveis e os transportará até as organizações da sociedade civil, de acordo com a região de atuação. As organizações também poderão receber materiais recicláveis entregues diretamente por outras entidades (ALENCAR, 2019).

No mesmo texto de reportagem Alencar explica o papel esperado pelas associações cadastradas no programa da Prefeitura Municipal de Montes Claros

A associação ou cooperativa realizará a triagem e posterior comercialização de todo o material que receber. A seleção se dará através do edital de chamamento público nº 05/2019 do Marco Regulatório e as inscrições poderão ser realizadas até o dia 24 de janeiro. No dia 27 de janeiro, será realizada a sessão pública para análise das propostas e, no dia 4 de fevereiro, será divulgado o resultado preliminar do processo. Os representantes das organizações da sociedade civil interessadas devem realizar a inscrição, pessoalmente, entre oito e 12 horas; e das 14 às 17 horas, na sede da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que está localizada à Rua Carlos Paulino Cardoso, nº 401, no bairro Vila Exposição (ALENCAR, 2019).

O secretário Vinicius Versiani de Paula reforça na matéria ao jornal que “[...]a cidade foi dividida em quatro, dotando cada quadrante de um serviço de reciclagem (ALENCAR, 2019).”

No site oficial da prefeitura foi publicada uma matéria que explica como é o projeto da Prefeitura de Montes Claros que tenta promover sustentabilidade e cidadania, quem explica o projeto é o secretário de serviços urbanos com mandato vigente em 2019, de acordo com Vinicius Versiani de Paula.

A Prefeitura pagará, para cada associação de catadores, R\$ 82,50 por tonelada retirada da cidade, e, para cada catador, R\$ 0,20 centavos por quilo de material reciclável, independentemente do seu valor de mercado, já que é este o custo atual do município para enterrar este material. Além de promover a cidadania, a Prefeitura reduzirá a quantidade de resíduos descartados, ajudando na qualidade do meio ambiente e proporcionando geração de emprego e renda com a coleta seletiva de resíduos sólidos para fins de reciclagem (GUSMÃO, 2019).

Dados da Secretaria de Serviços Urbanos reforçam a importância e relevância desse projeto para a cidade de Montes Claros-MG como pode ser lido na reportagem de Alencar no jornal Gazeta Norte Mineira, os dados descritos informam que:

A inauguração do Galpão de Reciclagem ocorre no momento que a Secretaria de Serviços Urbanos anuncia ter notificado neste ano, mais de 2.500 proprietários de lotes e terrenos vagos com acúmulo de lixo, entulho e mato alto. Mais de 300 notificações são enviadas mensalmente para donos de terrenos. Grande parte delas só foi possível graças à contribuição da população, que está denunciando via telefone e de um aplicativo gratuito disponibilizado no PlayStore para celulares e tablets com software Android (ALENCAR, 2019).

Como pode ser visto nesta construção de reportagens, em Montes Claros há este projeto de reciclagem que visa ter 4 (quatro) galpões instituídos e em pleno funcionamento para cuidar da reciclagem dos resíduos sólidos gerados no município.

Os dados informados pela Secretaria de Serviços Urbanos de Montes Claros reafirmam o caráter positivo deste projeto para a sociedade civil e para o meio ambiente.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho de investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza empírico-descritiva e será realizada na forma de estudo de caso (YIN, 2005). Para o autor, os estudos de casos emergem da necessidade de realizar de investigar fenômenos sociais complexos, cujo isolamento do contexto tende a limitar o alcance da pesquisa e a interpretação dos fatos.

O estudo de caso do projeto MONTESUL procurou contribuir com a ilustração empírica da discussão que ocorre no campo de negócios de impacto. Ou seja, pretendeu-se contribuir com a temática ao relacionar a discussão teórica com um caso prático.

Neste sentido, adotou-se como parte do ferramental metodológico um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa combinados, a saber: revisão de literatura, análise documental e entrevista em profundidade.

A revisão de literatura procura contribuir com o ‘estado da arte’ sobre negócios de impacto, resgatando os principais fundamentos e diferenciando esse objeto das demais atividades de negócio. Há de se observar que a temática, negócios e impacto, é relativamente recente, sendo poucos os trabalhos que abordam a questão. Também por isso, a proposta de descrição empírica trazida neste trabalho procura contribuir para construção de conhecimento junto ao campo.

Foi realizada uma análise documental específica nos documentos da empresa foco do estudo, mais especificamente o estatuto que regulamenta as atividades da associação e as atas que registram o histórico de reuniões, além da legislação nacional e municipal, já descritas na seção de revisão

Em seguida, foram realizadas visitas ao local foco do estudo para levantamento de informações através de entrevistas em profundidade com a presidente e o setor administrativo. Por se tratar de um estudo exploratório, com possíveis limitações de compreensão das perguntas pelos entrevistados e consequente necessidade de adaptação no curso da pesquisa, optou-se em utilizar um roteiro semiestruturado no formato de pauta, conforme Gil (2009). Vale lembrar que parte significativa dos indivíduos alvo da pesquisa possuem baixa escolaridade e, em alguns casos, dificuldade de comunicação, entendimento e expressão.

No roteiro em formato de pauta, haviam alguns pontos a serem abordados no diálogo estabelecido entre a pesquisadora e os entrevistados, sem necessariamente haver uma questão previamente definida. A vantagem percebida na adoção dessa técnica reside na maior naturalidade em que a pesquisa de campo se desenvolve, muito próximo ao registro de relato

ou conversa. A possível desvantagem é que a técnica exige um preparo prévio maior por parte da pesquisadora.

Basicamente, o roteiro aplicado a líder da associação procurou levantar junto a ela aspectos relacionados à trajetória, percepções sobre a organização de catadores, identificação de parceiros e impactos gerados, em especial no que diz respeito ao incremento de renda.

Essas informações foram analisadas e compiladas, e em seguida, escritas no formato de um Estudo de Caso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho foi realizado na instituição MONTESUL localizada em Montes Claros/MG.

4.1. A MONTESUL

A instituição estudada que é a MONTESUL. Atualmente composta por um galpão de reciclagem conduzido pela: MONTESUL - Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis. E sendo presidida por uma mulher, Maria do Socorro Guimarães que possui uma longa experiência como catadora de recicláveis.

A MONTESUL está sediada em um galpão alugado na Avenida Cônego Vargem Grande, nº 125, no bairro Vargem Grande II. “O município de Montes Claros está repassando R\$5 mil por mês para a associação, a ser usado no pagamento do aluguel e ainda de um funcionário e ajudará financeiramente por cada quilo reciclado (ALENCAR, 2020).”

A associação MONTESUL foi idealizada há cerca de 3(três) anos conforme “A presidente da Associação de Catadores de Material Reciclável “Monte Sul”, Maria do Socorro Guimarães explica que a entidade foi criada desde 2017 (ALENCAR, 2020).” Mas está oficialmente instituída desde 2018.

O galpão veio posteriormente o que segundo o jornalista Alencar (2020) o Galpão de Coleta Seletiva da MONTESUL Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis foi inaugurado em março de 2020. Ainda segundo Alencar (2020), este galpão veio para reforçar o projeto “Recicla aos Montes” que gerou 4(quatro) galpões de reciclagem inicialmente em Montes Claros-MG, que foram segregados por regiões como explica o Secretário de Serviços Urbanos Vinícius Versiani de Paula.

A região onde a MONTESUL atua de acordo com essa divisão estabelecida, pela Secretaria de Serviços Urbanos, é a Região Sul da cidade que abrange 37 bairros, conforme pode ser acessado no trabalho de Maia (2020, p.109) sendo eles: Conj. São José C. Lima, Doutor João Alves, Ibituruna, Maracanã, Ciro dos Anjos, Vila Greice, Santo Amaro, Major Prates, Vila Campos, São Judas I, Morada da Serra, Morada do Parque, Mangues, Chácara Paraíso, Itatiaia, Alterosa, Cidade Nova, Vila Luiza, Santa Rafaela, Santo Amaro, V. Maria Cândida, Vargem Grande II, Canelas, São Geraldo, Vila Telma, Morada do Sol, Augusta Mota, Conj. Chiquinho Guimaraes, Conj. José Correia Machado, Dona Gregório, Conj. Joaquim Costa, Res. Parque Verde, Jardim Liberdade, Res. Parque Morada do Sol, Nossa S. Das Graças, Sagrada Família, São Norberto (MAIA, 2020, p.109).

O “Fórum Municipal “Lixo e Cidadania” de Montes Claros, organizado pelo Ministério Público (MP) em parceria com entidades públicas, iniciativa privada e sociedade civil” (NETO, 2019) têm como objetivo “encontrar soluções para implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos em Montes Claros (NETO, 2019). Foi neste fórum que começou a nascer o projeto do galpão de reciclagem para a cidade de Montes Claros. As principais parcerias segundo Maia (2020, p.112) são:

- Fórum Lixo e Cidadania,
- Ministério Público (MP-MG),
- Secretaria de Serviços Urbanos (SSU),
- Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT),
- Pastorais Sociais,
- Instituto Grande Sertão
- e a UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros), através da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares.

A MONTESUL Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis consegue um galpão para trabalhar. Neste local eles têm além de um ponto de referência para a sociedade civil que atende com este trabalho, um espaço para guardar e separar os materiais recicláveis que coletam nos bairros atendidos pelo escopo deles.

O engenheiro ambiental voluntário Pedro Bicalho Maia que é responsável técnico pela operação do Galpão de Reciclagem elaborou os projetos para expedição da licença junto a SUPRAM - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em fevereiro de 2020 a licença ambiental foi concedida para a MONTESUL. Na referida licença

ficou autorizado o trabalho como central de recebimento temporário, triagem ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plástico e vidro.

4.2. Histórico e Caracterização Geral

Foi realizada uma pesquisa com roteiro que foi sendo construído no local mediante informações que foram sendo passadas pela entrevistada. Houve uma visita inicial para conhecer o local e a líder da associação. O encontro posterior ocorreu no dia 28 de setembro de 2020 no galpão MONTESUL com a líder Dona Maria do Socorro Guimarães. Sua fala foi anotada em forma de tópicos e compilada em forma de texto. E seu contato pessoal foi disponibilizado para que novas informações pudessem ser solicitadas, se necessário.

Dona Maria do Socorro é natural de Coração de Jesus e reside em Montes Claros desde 1990. Ela iniciou sua vida laboral atuando como babá, depois foi doméstica por um tempo, posteriormente trabalhou como carvoeira, depois foi trabalhar em uma indústria, trabalhou também para a prefeitura de Montes Claros, depois iniciou seus trabalhos com reciclagem atuando como catadora e hoje é líder da Associação MONTESUL.

Já se contabiliza 20 (vinte) anos a atuação da Dona Maria do Socorro com este trabalho de reciclagem. Ela começou catando materiais recicláveis nas ruas de Montes Claros e guardando o que conseguia catar na sua casa. E era lá que ela separava o material e armazenava até conseguir vender.

Depois de um tempo ela percebeu que estava conseguindo tirar pouco dinheiro dessa forma como trabalhava. Foi aí que ela teve a ideia de convidar outras catadoras para se juntar a ela. Assim ela montou um pequeno grupo de 6 (seis) catadoras que dividia esse trabalho com ela, catando os materiais recicláveis na rua e armazenando na casa dela, local onde faziam a armazenagem e a separação do material antes de vendê-lo. E o dinheiro da venda era dividido em partes iguais entre as catadoras que firmaram a parceria com ela.

Depois de um tempo já com essa organização inicial a empreendedora começou a buscar informações de como ela poderia melhorar possivelmente com a criação de uma associação. Foi então que começou a conversar com autoridades do poder público e a participar de reuniões tanto em Montes Claros quanto em Brasília-DF. Ela também participou do fórum “Lixo e Cidadania”.

Segundo ela, teve muita ajuda para conseguir organizar e formalizar a MONTESUL - Associação Montes Claros de Catadores de Recicláveis. Inclusive, no início deste projeto, o seu filho esteve a frente desse sonho até que ele não quis mais e ela ficou na liderança, a qual

permanece até hoje. E atualmente seu filho continua membro da associação atuando como catador associado.

A Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – ANCAT foi de fundamental ajuda na parte burocrática de criação da associação MONTESUL. Mas, mesmo depois de formalizada a MONTESUL manteve seu ponto de apoio na casa da Dona Maria do Socorro.

Dona Maria conta que o promotor de Montes Claros abraçou a causa dos catadores que é uma causa de impacto socioambiental inegável. E essa atitude que impulsionou todos os acontecimentos que vieram depois com a mobilização do poder público local e o fórum “Lixo e Cidadania”.

Ficou acordado então que a prefeitura de Montes Claros faria um repasse mensal de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para contribuir com o aluguel, água, luz e demais despesas do galpão que foi alugado para ser a sede da MONTESUL. Este valor é depositado em uma conta bancária todo mês e a tesoureira da Associação realiza os pagamentos necessários para a manutenção da atividade no galpão. Ela ainda explica que o ideal mesmo seria a prefeitura ter cedido um local próprio, mas essa foi a solução apresentada no momento. E tem sido muito valorizada.

Pelo projeto da prefeitura, Montes Claros foi subdividida em 4 (quatro) regiões de atuação dos 4 (quatro) galpões planejados pela prefeitura. O galpão MONTESUL é um desses galpões do projeto. E é o galpão que já encontra com sua documentação legal toda finalizada. No período da realização desta pesquisa encontram-se 2 (dois) outros galpões em processo de formalização, por este motivo ela explica que o galpão MONTESUL tem ajudado com a coleta de outras regiões até os demais galpões estarem com seus processos finalizados para poderem atuar nas regiões delimitadas pelo projeto.

A MONTESUL possui todas as informações das suas operações de forma documentada, inclusive cadastro de empresas que realizam as doações de seus rejeitos. Atualmente no papel, a Associação contém 35 (trinta e cinco) catadores associados, porém, devido à pandemia do Covid-19, 22 (vinte e dois) catadores tiveram que se afastar por estarem no grupo de risco. Mas eles têm pretensão de retornar após este momento no qual a doença tem se alastrado.

Estão ativos na pandemia cerca de, 13 (treze) catadores associados. Sendo 2 (dois) homens e o restante mulheres. A idade varia de 31 (trinta e um) a 80 (oitenta) anos mais ou menos. Sendo que, estão ativos os que têm até cerca de 63 (sessenta e três) anos e saudáveis. E estão afastados momentaneamente os que têm entre 65 (sessenta e cinco) e 80 (oitenta)

anos. Praticamente todos estão na associação desde sua formalização que está prestes a completar 1 (um) ano.

Os catadores chegaram à associação a partir de muita divulgação feita tanto pela líder quanto pelo padre que também abraçou a causa. A líder divulgava na rua sempre que encontrava com outros catadores e o padre divulgava na igreja. Inclusive algumas reuniões foram realizadas no espaço cedido pela igreja na paróquia.

O processo de trabalho começa com o recolhimento do material reciclável que pode ser: através de doação de pessoas da sociedade civil ou empresas e também através da realização do trabalho manual catando na rua esses materiais. As doações são recolhidas nas empresas cadastradas através do serviço contratado de frete. A prefeitura também envia carregamento de materiais recicláveis para a MONTESUL.

Depois esses materiais são armazenados no galpão, onde eles separam pelo tipo de material. Após a separação ser feita, são armazenados nos contêineres e são recolhidos na sua maior parte pela empresa Comercial Anel de Sucatas. Essa empresa leva o material calcula o valor e realiza o pagamento para a MONTESUL. Quinzenalmente esse valor arrecadado é dividido em partes iguais entre os catadores associados. Acrescenta ainda que tem tipos de materiais que a Anel não compra que são vendidos para outros lugares como outros ferros velhos da cidade. Citam-se por exemplo: pvc, pva e pp.

São em média de (4 quatro) a 5 (cinco) cargas que saem do galpão por semana. O que tem contabilizado em média um divisão financeira de cerca de R\$500,00 (quinhentos) reais a cada quinzena. Ela ressalta que como catadora individual esse valor era em média R\$200,00 (duzentos) reais a cada 15 (quinze) dias.

Dona Socorro, como é conhecida, ressalta que após a formalização da associação e da conquista do galpão houve uma melhoria visível para eles. Ela reafirma que agora eles têm um local maior para trabalhar e um ponto de referência para recolher as doações. Além de eles receberem doações, de materiais recicláveis, algumas vezes recebem também outras doações para os catadores assistidos, como por exemplo, cesta básica. A melhoria da renda é perceptível, pois são dados mensuráveis. Ela brinca dizendo que a melhoria não foi apenas 100%, foi 200%, com um sorriso sincero no rosto.

Ela acredita que apesar das coisas terem melhorado muito, ainda enxerga possibilidades de melhorias futuras. Tanto com a possibilidade de aumentar o número de doações através de divulgação e sensibilização de mais pessoas e empresas. Quanto dessa causa ser abraçada pelas faculdades que têm a possibilidade de levar conhecimento para eles.

Ela ressalta que eles estão de portas abertas para todos que possam contribuir positivamente de alguma forma.

4.3. O Caso MONTESUL na Criação de Impacto Socioambiental

A MONTESUL nasce com o propósito de gerar impacto imediato. Sendo que a instituição já promove a geração de impacto em curto prazo que se permeia no tempo no âmbito ambiental. Impacto de médio e longo prazo na inserção socioeconômica dos trabalhadores com a reintrodução dos associados na sociedade através do seu trabalho laboral e do poder de compra que é gerado.

A carta de princípios desenvolvida pelo ICE (2015) – Inovação em Cidadania Empresarial, na sua dimensão de impacto implica em dois aspectos fundamentais: 1. propósito seminal de geração de impacto; 2. mensuração de impacto.

No primeiro ponto apresentado como o propósito da geração de impacto tem como objetivo existencial a geração de impacto positivo em três pontos, sendo eles:

- ambiental,
- sociedade e catadores,
- e socioeconômico.

A MONTESUL cria impacto social e ambiental além de visível, comprovável. Seu impacto ambiental está ligado ao seu processo base de reciclagem retirando da sociedade o resíduo sólido e encaminhando para a reciclagem. Seu impacto social está na geração de oportunidade dada aos catadores de ter melhor qualidade de trabalho e renda.

Retomando a comprovação do impacto ambiental da MONTESUL, este pode ser visto de forma quantitativa tanto nos dados apresentados pelo Secretário Vinicius Versiani quanto nos cálculos realizados pelo engenheiro Pedro Bicalho Maia.

O jornalista Alencar escreveu os dados apresentados pelo secretário de serviços urbanos Vinicius Versiani quando mostra que “[...] A média mensal de resíduos sólidos coletados no âmbito do município é de 6.468 toneladas, com base no ano de 2018, sendo que cerca de 30% desse total é passível de ser reciclado (ALENCAR, 2019)”.

O trabalho realizado pelo engenheiro Pedro Bicalho Maia apresentou como resultado

[...] através da coleta e reciclagem realizada pela MONTESUL, entre os meses de fevereiro a julho de 2020, pode-se afirmar que, economizou-se mais de 9 milhões de

litros de água, 450 mil kW/h ou seja, tal economia proporcionada pela catadoras de matérias recicláveis seria suficiente para abastecer de água os bairros da micro região do Morada do Parque, com população de 4.434 habitantes por 20 dias e de energia elétrica por 60 dias (MAIA, 2020, 112).

Vendo esses dados, pode-se afirmar que realmente a Associação MONTESUL, através do seu trabalho de reciclagem, tem gerado um impacto positivo no meio ambiente. Além de trazer retornos como, por exemplo, a economia de água potável que é um recurso limitado na natureza.

O segundo ponto apresentado como a mensuração de impacto, acaba não acontecendo no momento vivido pela associação. Mas, seria interessante, utilizando essa perspectiva de negócio de impacto, a criação de variáveis a serem monitoradas no âmbito de gestão do negócio, propõem-se como variáveis:

- Quantidade de resíduo sólido reciclado mensalmente
- Fluxo de associados, envolvendo desde a renda proporcionada através da associação até o fluxo de desenvolvimento pessoal proporcionado (de onde veio e pra onde vai depois da associação)

O fator socioeconômico tem proporcionado ganho visível para os catadores associados. O que segundo a líder da associação os catadores associados conseguem uma renda maior do que a que possuía antes, saindo da média de R\$200,00 reais quinzenais e passando a ter R\$500,00 reais quinzenalmente.

Até o presente momento a Associação MONTESUL pode ser considerada como um projeto relevante no âmbito ambiental e social. O que não descaracteriza sua possibilidade de buscar se desenvolver ao ponto de se tornar um negócio de impacto na completude conceitual que envolve esse termo.

4.4. Dimensão Negócio e Seu Desafio

A MONTESUL ainda não pode ser definida como negócio de impacto, porque não contém em seu modelo de negócio todos os aspectos apontados teoricamente para essa caracterização conforme descrito pela equipe de força tarefa do ICE.

Como pode ser visto no estudo realizado tendo como principal fonte de análise em sua completude os documentos publicados pelo ICE, um negócio de impacto é sustentável no

tempo, porque além de gerar impacto social e/ou ambiental, possui um modelo de negócios que visa a sustentabilidade financeira do negócio.

Os desafios para consolidação da MONTESUL como negócio de impacto estão principalmente ligados a auto sustentabilidade econômico-financeira do negócio, porque sem um financiador que ajude nos custos maiores de manutenção do negócio, eles não conseguiriam sobreviver. A MONTESUL possui como principal financiador a Prefeitura Municipal de Montes Claros que deposita mensalmente a quantia fixa de R\$5.000,00 reais para custeio das despesas fixas básicas.

Os desafios para que esta transição: de projeto relevante para negócio de impacto no âmbito negócio autossustentável, podem ser descritos

- custos fixos de manutenção: aluguel, energia elétrica, água, entre outros,
- custos de contratação de frete para buscar doações de maiores volumes,
- entre possíveis custos variáveis que possam ocorrer e não esteja previstos.

Vale destacar que tanto os catadores quanto os apoiadores tendem a olhar para a MONTESUL como um prestador de serviço. Isso pôde ser entendido através da análise do discurso extraído dos jornais locais e reafirmado pelo engenheiro ambiental que presta assistência gratuita a MONTESUL. Este se torna o problema principal que impede com que seja gerada uma visão de negócio no sentido teórico exposto neste trabalho.

Além disto, por ser um projeto novo, estando no seu primeiro ano de pleno funcionamento, entende-se que há a expectativa de prosseguir buscando melhorias. Isso se reflete na ‘ausência’ de processos mais ‘profissionais’ de gestão e estratégia. E, principalmente no sentimento de pertencimento dos catadores associados que tendem a ver a associação muito mais como um emprego do que como um empreendimento coletivo de geração econômica e de valor.

Essa transição/melhoria é importante porque ao transformar a MONTESUL em negócio de impacto irá tornar este projeto além de relevante, sustentável no decorrer do tempo. Uma vez que, deixaria de depender exclusivamente de um financiador. E na possível falta deste, o negócio não se abalaria. Isso é garantir a existência de um negócio relevante para a sociedade e para o meio ambiente.

Além dos pontos diretos que impactam a dimensão negócio, tem-se pontos de níveis gerenciais a serem visualizados como a mão de obra que futuramente pode ser um fator que precise ser levado em consideração. Como o quadro atual de colaboradores são em sua maioria pessoas com idade mais avançada, quando estes não puderem mais atuar com sua força de trabalho, a quantidade de pessoas ativas irá reduzir.

A pandemia tem sido um fator de impacto também, por conta do grande número de afastamentos temporários que ela provocou. Apesar de que o número de associados ativos tem conseguido manter as atividades em pleno funcionamento.

Assim, propõe-se a criação de visão de futuro do projeto MONTESUL como negócio de impacto visando gerar uma lógica de empresa enraizada com lógica de gestão para ter a estabilidade de permanência do negócio no tempo.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho analisou o caso de uma associação de reciclagem, a MONTESUL, à luz da discussão de negócios de impacto. A temática parece oportuna uma vez que o objetivo principal da associação é contribuir diretamente para dois problemas, um ambiental, que envolve a viabilização de uma cadeia de reciclagem para resíduos sólidos urbanos, e outro de geração de trabalho e renda para indivíduos marginalizados do sistema produtivo corrente.

Evidentemente, não se esperava um alinhamento explícito e direto da temática envolvendo negócios de impacto e as ações desenvolvidas no âmbito da MONTESUL, também pela Prefeitura Municipal. Ao contrário disso, acredita-se que a aproximação dessa abordagem possa contribuir para administração pública e para o futuro da MONTESUL e outras organizações que se inserem nessa discussão.

Este trabalho proporcionou conhecer ainda, de modo impírico o funcionamento de uma associação que gera tanto impacto ambiental como social.

De acordo com a teoria estudada ainda não foi possível definir conceitualmente a MONTESUL como negócio de impacto. Mas a ruptura dos desafios que impedem essa melhoria progressiva da associação para negócio de impacto, com o intuito de gerar a estabilidade necessária para que o negócio não finde, segue como sugestão deste trabalho.

Tendo em vista as duas dimensões que compõe o conceito de negócio de impacto, objetivo de geração de impacto ambiental parece bem definido e apresenta, até certo ponto, uma discussão avançada sobre os mecanismos de monitoramento necessários para gestão da iniciativa.

Nessa perspectiva, os aspectos relacionados ao impacto social, vistos aqui como de maior complexidade e de horizonte mais longo, deverão ser alvo de um maior aprofundamento, tendo em vista identificar reais mecanismos de inserção social que a organização pode oferecer.

Não obstante, um ponto que se destaca no estudo em tela, foi uma visão mais consolidada da associação de reciclagem como negócio, tanto na perspectiva dos catadores organizados quanto nos stakeholders. Tal constatação serve de alerta para pensar a sustentabilidade econômica e financeira do negócio de reciclagem com inclusão socioeconômica.

Conclui-se, portanto, que a abordagem de negócios de impacto oferece elementos importantes para se pensar as cooperativas e associações de reciclagem em seus propósitos de geração de impacto socioambiental e sustentação do negócio no tempo no contexto de mudanças e de competitividade de mercado.

Como trabalhos futuros propõe-se a continuidade desta pesquisa com o intuito de emponderar a associação com conhecimento para se tornar um negócio de impacto conceitualmente completo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Girleno. **Galpão de reciclagem seletiva é inaugurado em Moc.** Gazeta Norte Mineira. 2019. Disponível em <<https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/galpao-de-reciclagem-seletiva-e-inaugurado-em-moc>>. Acesso em 18 ago 2020.
- ALENCAR, Girleno. **Galpão de coleta será inaugurado em Montes Claros.** 10 de março de 2020. Disponível em: <<https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/galpao-de-coleta-sera-inaugurado-em-montes-claros>>. Acesso em 14 ago 2020.
- ALENCAR, Girleno. **Moc contrata quatro ONGs para reciclar lixo urbano.** Gazeta Norte Mineira. 2019. Disponível em: <<https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/moc-contrata-quatro-ons-para-reciclar-lixo-urbano>>. Acesso em 18 ago 2020.
- ALENCAR, Girleno. **Lei da Limpeza inova com coleta seletiva do lixo.** 2018. Gazeta Norte Mineira. Disponível em: <<https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/lei-da-limpeza-inova-com-coleta-seletiva-do-lixo>>. Acesso em 16 out 2019.
- BARBOZA, L. G. S., da Silva, E., & Bertolini, G. R. F. (2017). **Negócios sociais no Brasil: a produção de teses e dissertações entre 2005 e 2015.** Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153, 15(1), 80-97.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: Uma visão do processo.** Tradução All Tasks. Revisão técnica José Antonio Lerosa de Siqueira. Editora Cengage Learning. 2007, p. 12 a 15.
- BRASIL, F. T. (2015). **Carta de princípios para Negócios de Impacto no Brasil.** São Paulo.
- BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em 02 out 2019.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance.** Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Idéias & Letras, 2010, p. 13.
- GUSMÃO, Luís Carlos. **SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA - Coleta seletiva com inclusão social avança em Montes Claros.** 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/sustentabilidade-e-cidadania-coleta-seletiva-com-inclusao-social-avanca-em-montes-claros>>. Acesso em 02 out 2019.
- ICE. Força Tarefa de Finanças Sociais. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil.** Abril de 2015. Disponível em: <http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf>. Acesso em 30 set 2020.
- ICE. Inovação em Cidadania Empresarial. **Quem somos.** Disponível em: <<https://ice.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 15 out 2019.

ICE. Inovação em Cidadania Empresarial. **Negócios de Impacto**. Disponível em: <<https://ice.org.br/negocios-de-impacto/>>. Acesso em 29 set 2020.

JULIO, Rennan Araújo. **Os avanços do ecossistema de negócios de impacto**. Em palestra no Fórum de Finanças Sociais e Negócios de Impacto 2018, representantes do setor mostraram as mudanças do setor nos últimos anos. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/06/os-avancos-do-ecossistema-de-negocios-de-impacto.html>>. Acesso em 07 nov 2019.

MAIA, Pedro Bicalho. **A ECONOMIA AMBIENTAL PROPORCIONADA ATRAVÉS DA RECICLAGEM PELA ASSOCIAÇÃO MONTES CLAROS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS –MONTESUL**. Revista Verde Grande Geografia e Interdisciplinaridade. Volume 2. nº. 2 (2020). ISSN: 26752395. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/3112/3275>>. Acesso em 06 out 2020.

MONTES CLAROS. **LEI 5.182. INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E ASSISTÊNCIA AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. 20 DE SETEMBRO DE 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-5182-de-20-de-setembro-de-2019>>. Acesso em 30 set 2020.

MONTES CLAROS. **Decreto nº 3918, 06 de novembro de 2019**. DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS SOB RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/decreto/decreto-n-3918-06-de-novembro-de-2019>>. Acesso em 30 set 2020.

NETO, Pedro. **FÓRUM LIXO E CIDADANIA - Autoridades e ambientalistas defendem realização da coleta seletiva através do cooperativismo**. Publicado em 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/forum-lixo-e-cidadania-autoridades-e-ambientalistas-defendem-realizacao-da-coleta-seletiva-atraves-do-cooperativismo>>. Acesso em 01 out 2019.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. **Lei 5.182, de 20 de setembro de 2019**. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-5182-de-20-de-setembro-de-2019>>. Acesso em 02 out 2019.

SENNA, André. **Projeto de Lei do Executivo aprovado na Câmara incentivará a coleta seletiva e o fortalecimento dos catadores**. 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/servicos-urbanos/projeto-de-lei-do-executivo-aprovado-na-camara-incentivara-a-coleta-seletiva-e-o-fortalecimento-dos-catadores>>. Acesso em 02 out 2019.

TISCOSKI, Gabriela Pelegrini; ROSOLEN, Talita; COMINI, Graziella Maria. **Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Produção**. EnANPAD 2013. Nacional e Internacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1365.pdf>. Acesso em 15 out 2019.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, M., MOINGEON, B., & LEHMANN-ORTEGA, L. (2010). **Building social business models: Lessons from the Grameen experience**. Long range planning, 43(2-3), 308-325.

YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social: Como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2010, p. 10.